



# Relatório de Contas 2016

março | 2017

## ÍNDICE

I- Relatório de Gestão .....	3
1.1 Mensagem do Conselho de Administração .....	3
1.2 Sumário do Exercício.....	4
1.3 Atividade da Empresa .....	5
1.3.1 Empresa.....	5
1.3.2 Regulação .....	8
1.4 Principais Acontecimentos.....	9
1.4.1 Clientes.....	10
1.4.2 Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais .....	12
1.4.3 Controlo da Qualidade da Água .....	14
1.4.4 Drenagem de Águas Residuais .....	16
1.4.5 Gestão de Infraestruturas Elétricas.....	17
1.4.6 Recolha de Resíduos Sólidos .....	18
1.4.7 Educação Ambiental.....	22
1.4.8 Fiscalização e Serviços.....	24
1.4.9 Recursos Humanos.....	27
1.5 Indicadores de Desempenho .....	31
2 Desempenho Financeiro.....	32
2.1 Análise Económica .....	32
2.1.1 Rendimentos .....	32
2.1.2 Gastos.....	34
2.1.3 Indicadores Económicos.....	36
2.2 Análise Financeira e Patrimonial.....	37
2.2.1 Indicadores Financeiros.....	38
2.3 Evolução Previsível da Empresa.....	39
2.4 Proposta de Aplicação de Resultados.....	40
II- Demonstrações Financeiras .....	41
III- Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 .....	48
IIV- Certificação Legal de Contas .....	69
V- Relatório do Fiscal Único .....	70

## I- RELATÓRIO DE GESTÃO

### 1.1 MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2016 marcou o início de um novo quadriênio de gestão na Praia Ambiente, E.M., pautado pela celebração do Contrato de Gestão Delegada entre a Câmara Municipal da Praia da Vitória e a empresa.

Destaca-se da atividade desenvolvida pela empresa durante o ano em exercício a concretização de projetos estratégicos destinados a cumprir com as disposições legais e a otimização da empresa, tais como, a implementação do Plano de Reestruturação Tarifária e de Renovação do Parque de Contadores, a campanha de Incentivo ao Consumo da Água da Torneira, a concretização do Projeto de “Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos do Concelho da Praia da Vitória”, a candidatura do Projeto “ Adução e Abastecimento de Água a Santa Rita/Juncal” a comparticipação pelos fundos estruturais comunitários, a apresentação das propostas de Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho da Praia da Vitória e o início do processo de licenciamento das captações de água para consumo humano do concelho da Praia da Vitória.

O ano de 2017 certamente ficará marcado pela continuidade dos projetos implementados em 2016 e pela concretização de novos projetos como a execução do projeto de “Adução e Abastecimento de Água a Santa Rita/Juncal” e a implementação do Plano de Segurança da Água.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer aos nossos colaboradores o empenho e dedicação, aos nossos clientes, que através das suas sugestões e reclamações nos permitem melhorar o serviço em termos de qualidade e eficiência, a todos os consultores, fornecedores e prestadores de serviços, pela partilha continuada de soluções para fazermos melhor no futuro, à Câmara Municipal da Praia da Vitória, acionista único, pela confiança e estímulo constantes, ao Fiscal Único e ao Conselho Geral da Empresa, pelo trabalho desenvolvido e pela confiança recíproca.

## 1.2 SUMÁRIO DO EXERCÍCIO

No cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do Artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, o Conselho de Administração da Praia Ambiente, Empresa Municipal (Praia Ambiente, E.M.), apresenta o Relatório e Contas do exercício de 2016 e a proposta de aplicação de resultados, aprovados em reunião de 21 de março de 2017. O presente Relatório de Contas é acompanhado pela Certificação Legal das Contas e do Parecer do Fiscal Único, conforme estipula a alínea g) do Artigo 16.º dos Estatutos da Empresa.

A Praia Ambiente, E.M., apresenta uma situação económico-financeira equilibrada, traduzida num resultado líquido de 34.305,00€, em 2016, que representa um aumento de 29% relativamente ao ano precedente.

No presente exercício, o investimento global da empresa ascendeu a 415.879,70€, sendo que o maior volume de investimento (84%) respeita ao setor de recolha de resíduos urbanos, cujo montante ascendeu a 349.065,62€.

No final de 2016, a Praia Ambiente, E.M., concretizou o projeto de “Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos do Concelho de Praia da Vitória”, participado pelos fundos estruturais comunitários FEDER e FSE, no âmbito do Programa Operacional para os Açores (PO AÇORES 2020) e enquadrado na tipologia de investimentos do Eixo Prioritário 6 – Ambiente e Eficiência dos Recursos, Prioridade de Investimento.

Ainda no âmbito do PO AÇORES 2020, foi igualmente candidatado a comparticipação pelos fundos estruturais comunitários FEDER e FSE o projeto “Adução e Abastecimento de Água a Santa Rita/Juncal”, enquadrado na tipologia de investimentos do Eixo Prioritário 6 – Ambiente e Eficiência dos Recursos, no valor de 1.998.877,00€.

## 1.3 ATIVIDADE DA EMPRESA

### 1.3.1 EMPRESA

A Praia Ambiente, E.M. desde 2007 que assume a responsabilidade por assegurar continuamente o fornecimento de água de qualidade aos seus clientes, gerir com eficiência a rede de drenagem de águas residuais e assegurar o seu tratamento, competências delegadas à Praia Ambiente pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

Foi criada na sequência das deliberações da Câmara Municipal da Praia da Vitória, de 29 de setembro de 2006, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1 e n.º 3, do artigo 4º, da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto e alínea l), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. É uma empresa de gestão de serviços de interesse geral e de promoção do desenvolvimento local e regional, de natureza municipal, nos termos dos artigos 45º e 48º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pessoa coletiva de direito privado, designada por entidade empresarial local dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, ficando sujeita à tutela e superintendência da Câmara Municipal da Praia da Vitória.

#### 1.3.1.1 MISSÃO

---

É missão da PRAIA AMBIENTE, E.M., assegurar continuamente o fornecimento de água de qualidade aos seus clientes, gerir com eficiência a rede de drenagem de águas residuais e assegurar o seu tratamento, e recolha atempada e integral de resíduos sólidos, contribuindo decisivamente para a excelência da qualidade de vida dos PRAIENSES.

Zelar pela boa exploração e manutenção da rede de águas pluviais e a sua adequada ampliação.

Proporcionar aos clientes meios eficazes de reclamação e acesso geral aos serviços garantindo respostas céleres às suas solicitações.

Assegurar a estabilidade económica e financeira da Empresa, aplicando uma gestão contemporânea, eficaz e respeitadora do estrito cumprimento das normas.

Assegurar estabilidade laboral e as regalias dos trabalhadores.

Dotar a empresa de uma estrutura orgânica marcada pela desburocratização e aplicação dos princípios de eficiência e rapidez nos processos de decisão e aplicação.

Marcar a utilização de *outsourcing* e de fornecimento externo de tarefas e serviços pelos princípios da busca de alta qualidade, respeito pelo controlo de custos e exclusivamente em situações devidamente justificadas pelos parâmetros referidos.

### **1.3.1.2 RESPONSABILIDADES E OBJETIVOS**

---

A Empresa assume grandes responsabilidades perante os seus clientes, munícipes do concelho de Praia da Vitória, enquanto razão principal da sua atividades e merecedores da maior qualidade no usufruto dos serviços prestados.

A Empresa deverá enquadrar a sua estratégia e atividade decorrente no estrito cumprimento da política definida pelo Executivo da Câmara Municipal de Praia da Vitória, seu acionista único e, como tal, detentor da capacidade de exercer uma superior orientação programática.

A Empresa deverá garantir condições logísticas de eficácia e segurança aos seus trabalhadores, mormente nas condições logísticas e técnicas garantidas para exercerem as suas funções e no cumprimento de uma política de incentivo à produtividade e à constante formação pessoal e profissional.

#### **Objetivos**

Proporcionar aos clientes um serviço de abastecimento de água de alta qualidade com um custo respeitador dos princípios da justiça social e cumprindo o princípio legal do utilizador-pagador, garantindo ainda o correto funcionamento do sistema e a célere resolução de problemas técnicos surgidos.

Proporcionar aos clientes um serviço de saneamento e de recolha de resíduos sólidos eficazes, garantindo ainda o correto funcionamento dos sistemas e a célere resolução de problemas técnicos surgidos.

### **1.3.1.3 ÓRGÃOS SOCIAIS**

---

Os órgãos sociais da Praia Ambiente, E.M. são constituídos por:

#### **Conselho de Administração**

Presidente do Conselho de Administração - Dr.<sup>a</sup> Paula Ramos

Administrador Executivo - Dr. Jorge Leonardo

Administrador Não Executivo - Eng.<sup>a</sup>. Sónia Silva

#### **Conselho Geral**

Câmara Municipal da Praia da Vitória

Representante dos Utentes

Representante de Entidades

#### **Fiscal Único**

Santos Vaz & Trigo Morais, SROC

### **1.3.1.4 ORGANOGRAMA**

---

A estrutura orgânica da Praia Ambiente, E.M. aprovada no início de 2016, é a que se apresenta no organograma da figura 1, a qual divide-se em três áreas operacionais.

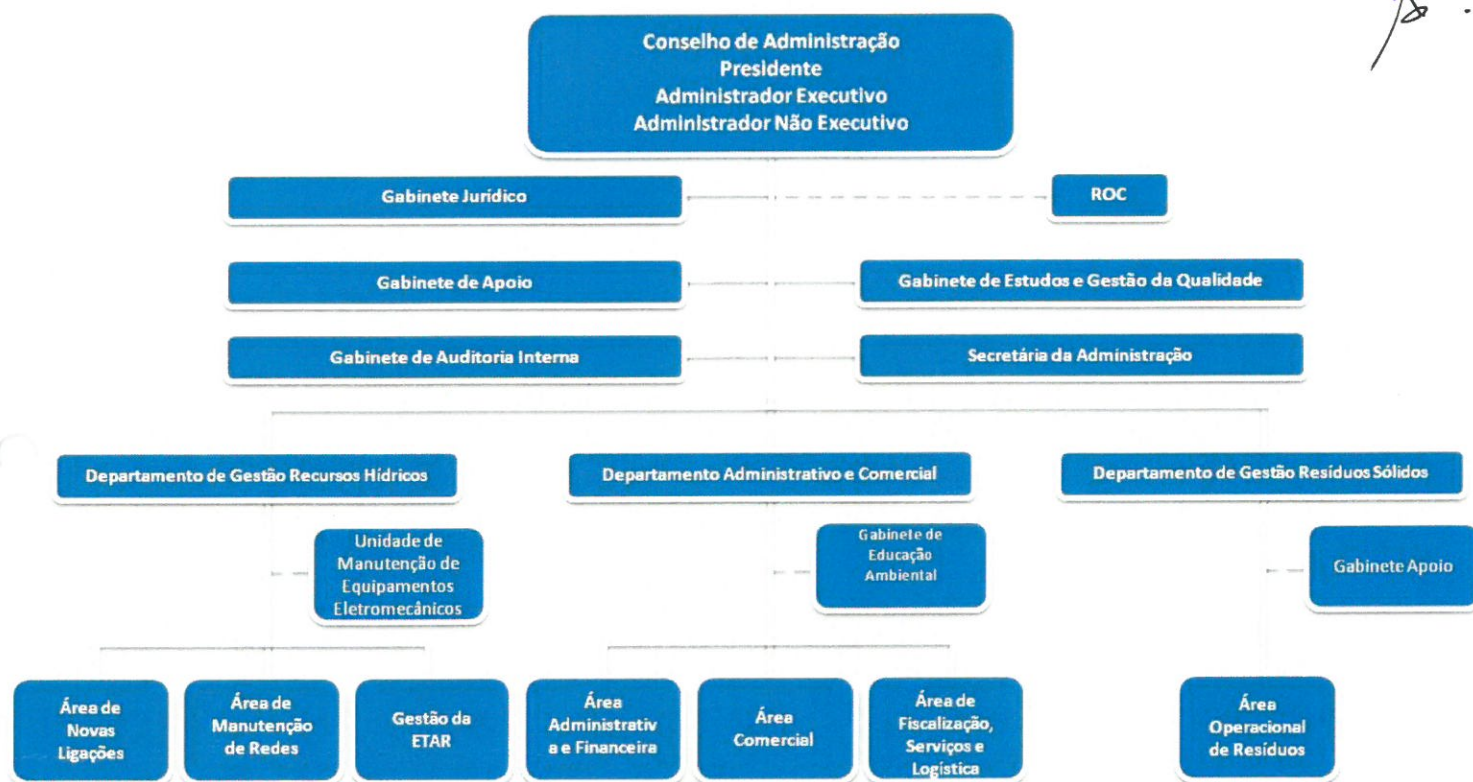


Figura 1. Organograma da empresa.

### 1.3.2 REGULAÇÃO

A regulação e supervisão das atividades desenvolvidas pela Praia Ambiente, E.M. são asseguradas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores- ERSARA, de acordo com o disposto da alínea e) do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2010/A, de 5 março.



## 1.4 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Em 2016, destaca-se da atividade desenvolvida pela Praia Ambiente, E.M. a concretização de projetos estratégicos destinados a cumprir com as disposições legais e a otimização da empresa, tais como:

- **Plano de Reestruturação Tarifária**, com início em 2015 e em vigor até 2020, visa definir uma evolução tarifária que permita a equidade social, favorecendo as famílias de baixo rendimento social e numerosas, a recuperação dos encargos dos serviços tendo por base critérios de racionalidade económica e financeira, garantindo a sustentabilidade e melhoria do desempenho da Praia Ambiente, E.M., dando assim cumprimento à recomendação tarifária n.º 1/2015 do ERSARA.
- **Plano de Renovação de Parque de Contadores**, o qual visa reduzir as perdas de água e dar cumprimento ao disposto na legislação aplicável ao Controlo Metrológico, nomeadamente quanto aos prazos estipulados para a verificação periódica dos contadores, através da renovação dos aparelhos de medição que apresentam consumo zero ou com períodos de instalação superior a 12 anos.
- **Campanha de Incentivo ao Consumo da Água da Torneira**, o qual visa informar, aumentar o valor, reforçar a confiança na sua elevada qualidade e consequentemente, aumentar o consumo de água da rede pública da Praia da Vitória.
- Implementação do projeto de **“Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos do Concelho de Praia da Vitória”**, o qual visa colmatar as atuais necessidades do sistema de recolha de resíduos recicláveis, através da ampliação da rede de recolha seletiva de resíduos, da aquisição de viatura de recolha de resíduos recicláveis e do desenvolvimento de uma campanha de sensibilização e educação ambiental.

- Candidatura do projeto “Adução e Abastecimento de Água a Santa Rita/Juncal” a comparticipação pelos fundos estruturais comunitários FEDER e FSE, Programa Operacional Açores 2020 enquadrado na tipologia de investimentos do Eixo Prioritário 6 – Ambiente e Eficiência dos Recursos, no valor de 1.998.877,00€. Este projeto permitirá reforçar, requalificar e dotar a Zona de Abastecimento de Santa Rita/Juncal de origens de abastecimento de água com qualidade, de novos órgãos, adutoras, condutas, e equipamentos eletromecânicos, por forma a suprimir as carências e fragilidades do zona de abastecimento, quer ao nível da captação, armazenamento e transporte, quer ao nível da qualidade de água.
- Apresentação das propostas de **Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água** e de **Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho da Praia da Vitória**.
- Início do processo de **Licenciamento das Captações de Água para Consumo Humano** do concelho da Praia da Vitória.

#### 1.4.1 CLIENTES

No final de 2016, o número de contratos ativos de abastecimento de água da Praia Ambiente, E.M. encontrava-se distribuído tal como demonstra a tabela abaixo, num total de 10.368 contratos, não se verificando variação significativa em relação a 2015.

Tabela1. Evolução no número de contratos ativos por serviço e tipologia.

Tipo de cliente	2015	2016	Δ %
<b>Contratos Ativos</b>	<b>10.371</b>	<b>10.368</b>	<b>- 0,03</b>
Doméstico	8.642	8.618	- 0,28
Não-doméstico	1.729	1.750	+ 1,74
<b>Contratos Ativos com a componente de Saneamento de Águas Residuais</b>	<b>3.248</b>	<b>3.252</b>	<b>+ 0,12</b>
Doméstico	2.809	2.815	+ 0,21
Não-doméstico	439	437	- 0,46
<b>Contratos Ativos com a componente de Resíduos Urbanos</b>	<b>8.854</b>	<b>9.464</b>	<b>+ 6,89</b>
Doméstico	8.032	8.618	+ 7,30
Não-doméstico	822	846	+ 2,92

No que concerne ao volume de água faturada, a Praia Ambiente faturou 1.402.241m<sup>3</sup> no decorrer do ano de 2016, o que equivale a uma média diária de 3.842 m<sup>3</sup>. Face ao ano de 2015 verifica-se uma diminuição de 1,01 %.

Na tabela seguinte verifica-se o comportamento do consumo de água por tipologia de cliente.

**Tabela2. Evolução da água faturada por tipologia de cliente (m<sup>3</sup>).**

Tipo de cliente	2015	2016	Δ %
<b>Doméstico</b>	971.581	961.760	- 1,01
<b>Agropecuária</b>	170.646	146.330	- 14,25
<b>Empresarial</b>	179.896	192.917	+ 7,24
<b>Instituições sem fins lucrativos</b>	22.673	21.887	- 3,47
<b>Organismos Públicos</b>	92.816	79.347	- 14,51
<b>Total</b>	<b>1.437.612</b>	<b>1.402.241</b>	<b>- 2,46</b>

O aumento do consumo do setor empresarial deveu-se sobretudo ao reescalonamento de entidades que estavam a beneficiar, incorretamente, do tarifário de agropecuária.

#### **1.4.1.1 ATENDIMENTOS**

A Comercial da Praia Ambiente E.M. considera como seu principal objetivo a satisfação e a melhoria contínua da relação com os seus clientes. Para este efeito a empresa dispõe de um serviço de *Call Center* disponível 24 horas por dia para o reporte de avarias. Para além do atendimento telefónico, a Praia Ambiente E.M. dispõe de uma loja própria de atendimento ao público.

No ano em exercício, foram registados mais de 28.000 contatos com clientes por via telefónica e presencial, tal como evidencia a tabela abaixo:

**Tabela 3. Evolução do número de atendimentos.**

	2015	2016	Δ %
<b>Atendimentos</b>	31.294	28.014	- 10,48

A redução do número de atendimentos deve-se à adesão dos clientes aos novos serviços disponibilizados através do *site* da empresa.

#### 1.4.1.2 GESTÃO DE RECLAMAÇÕES

Para a Praia Ambiente, E.M. as reclamações apresentadas pelos clientes são uma oportunidade de melhoria dos serviços prestados, permitindo prevenir situações que lhes deram origem e ir ao encontro das suas expectativas, preocupações e interesses.

No ano em análise, o número de reclamações escritas foi de 45, menos 25% relativamente a 2015. No livro de reclamações foram apresentadas 6, o dobro relativamente ao ano anterior, representando 13% das reclamações escritas apresentadas.

Tabela 4. Evolução das reclamações escritas (2015-2016).

Tipo de Atendimento	2015	2016	Δ %
Livro de Reclamações	3	6	+ 100%
Reclamações	57	39	- 32%
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>45</b>	<b>- 25%</b>

As respostas às reclamações são elaboradas no prazo máximo de 10 dias úteis, não obstante o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, definir 22 dias úteis. O tempo médio de resposta às reclamações escritas apresentada em 2016 foi de 6, o que equivale a uma boa qualidade de serviços, segundo o indicador da ERSARA, menos um dia relativamente ao ano anterior. Esta situação resulta da redefinição dos procedimentos de análise das reclamações com vista a tornar as repostas aos clientes mais céleres.

#### 1.4.2 ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

No âmbito das suas competências, a Praia Ambiente, E.M. é responsável pela exploração e manutenção do sistema de abastecimento de água do concelho da Praia da Vitória. Este abrange uma área de 162 km<sup>2</sup> e uma população residente de 21 035 habitantes. É composto por 4 subsistemas de distribuição de água: o Subsistema Aqualva/Praia, o Subsistema Fonte do Bastardo/Porto Martins/Cabo da Praia, o Subsistema Quatro Ribeiras e o Subsistema Caparica/Biscoitos.

A água é captada em 8 furos subterrâneos e 9 conjuntos de nascentes localizados no concelho da Praia da Vitória, aduzida até 26 reservatórios, com uma capacidade de reserva disponível de 7 945 m<sup>3</sup>/dia e distribuída através de um sistema de condutas, com 279 km de comprimento e 10 567 ramais de ligação.

A acessibilidade física do serviço de abastecimento de água é de 100%, e a percentagem de Água Segura é de 99,2%, de acordo com a metodologia definida no Guia da Avaliação da Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos, da Entidade Reguladora Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA).

Em 2016, foram implementadas diversas melhorias a nível da rede de abastecimento de água por forma a melhorar o seu desempenho e fiabilidade, destacando-se:

- O prolongamento de redes de abastecimento de água;
- A substituição de tomadas de carga e a construção de novos ramais, no âmbito da substituição do pavimento das Ruas Padre Alfredo Lucas e Padre Gregório Bettencourt, nas freguesias de São Brás e Lajes, respetivamente; e
- Os trabalhos de deteção de fugas de água e conseqüente reparação da rede de abastecimento de água do Parque de Campismo dos Biscoitos.

O controlo do sistema de abastecimento é realizado diariamente, podendo ser acionado, em caso de necessidade, um piquete de intervenção e reparação, durante 24 horas por dia.

No âmbito da atividade de abastecimento de água, a Praia Ambiente, E.M desenvolve e presta serviços de suporte tais como:

- Manutenção e conservação da rede de distribuição;
- Manutenção de estações elevatórias e reservatórios;
- Limpeza e higienização dos reservatórios; e
- Execução de ramais.

### 1.4.3 CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA

Assegurar continuamente a distribuição de água com qualidade em todo o sistema de abastecimento de água, constitui um objetivo primordial da Praia Ambiente, E.M..

A qualidade da água é assegurada através do Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) no sistema de abastecimento da Praia Ambiente, E.M. cuja elaboração, implementação e gestão é da responsabilidade da Praia Ambiente. Possui duas componentes de atividade: o controlo legal, relativo ao programa de amostragem e de análise realizado em cumprimento dos requisitos legais, definidos no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, e o controlo operacional/vigilância.

No ano de 2016, o cumprimento dos valores paramétricos definidos no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, foi de 99,42 % nas torneiras dos consumidores residentes no concelho da Praia da Vitória e de 100% no ponto de entrega aos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo. Comparativamente com o ano anterior, verificou-se um aumento do cumprimento dos valores paramétricos da qualidade da água para consumo humano de 0,21%, em baixa e em alta manteve-se (gráfico 1).

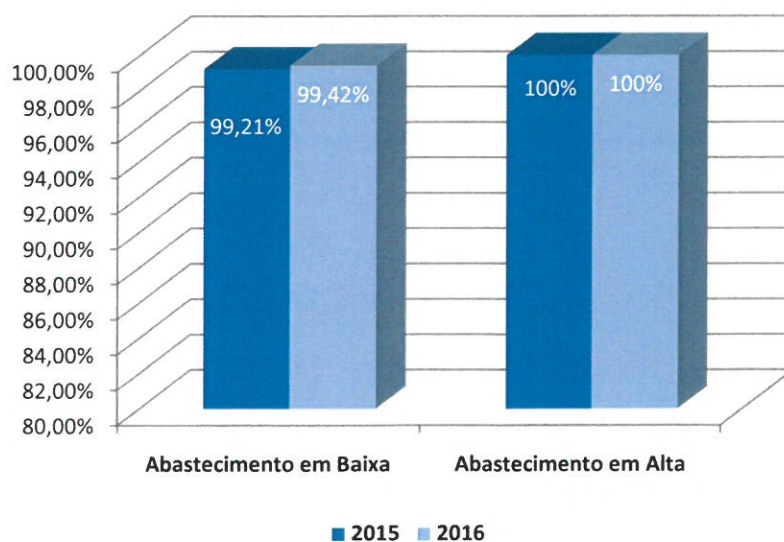


Gráfico1. Percentagem de Água Segura, por tipo de abastecimento, por ano.

A avaliação dos resultados relativos ao cumprimento da legislação sobre a qualidade da água fornecida pela Praia Ambiente, nos últimos anos, evidencia uma contínua evolução positiva. Confirma-se dessa forma a muito boa qualidade da água fornecida pela Praia Ambiente, E. M. em baixa e em alta no ano de 2016.

Conforme o estabelecido no ponto n.º 1, do Artigo 17º, do Decreto-Lei n.º 306/2007, 27 de Agosto, a Praia Ambiente, E.M. procede à divulgação dos resultados do controlo de qualidade da água do Concelho de Praia da Vitória através dos editais públicos e do *site*, bem como através da sua afixação na loja de atendimento ao cliente.

Na tabela seguinte apresentam-se os indicadores mais relevantes relativos ao controlo efetuado em 2016.

**Tabela 5. Evolução dos Indicadores de Controlo da Qualidade da Água.**

Indicadores do Controlo da Qualidade da Água	2015	2016	Δ %
<b>Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) – Abastecimento em Baixa</b>			
Número de análises obrigatórias realizadas à qualidade da água (n.º/ano)	1567	1665	-
Taxa de execução de análises obrigatórias	100%	100%	0
Número de análises realizadas aos parâmetros com valor paramétrico (n.º/ano)	1271	1373	-
Taxa de análises conformes com o valor paramétrico (%)	99,21%	99,42%	0,21%
Percentagem de Água Segura (%)	99,21%	99,42%	0,21%
Número de colheitas efetuadas	150	150	-
<b>Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) – Abastecimento em Alta</b>			
Número de análises obrigatórias realizadas à qualidade da água (n.º/ano)	78	78	-
Taxa de execução de análises obrigatórias	100%	100%	0
Número de análises realizadas aos parâmetros com valor paramétrico (n.º/ano)	69	69	-
Taxa de análises conformes com o valor paramétrico (%)	100%	100%	0
Percentagem de Água Segura (%)	100%	100%	0
Número de colheitas efetuadas	4	4	-

Por forma a garantir a qualidade da água distribuída foram ainda desenvolvidas diversas ações, com o objetivo de melhorar a eficiência e a fiabilidade do processo de controlo e injeção de hipoclorito de sódio:

- Calibração do equipamento portátil de determinação de cloro residual por entidade externa;
- Substituição de kits de manutenção das bombas doseadoras de hipoclorito de sódio; e
- Aquisição de soluções padrão para calibração do equipamento portátil de determinação do cloro residual.

#### 1.4.4 DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

A drenagem de águas residuais, no concelho da Praia da Vitória, é efetuada através de uma rede de coletores, constituída por 63,2 km de coletores gravíticos e de condutas elevatórias e 17 estações elevatórias, que permitem o transporte das águas residuais até a Estação de Tratamento de Águas Residuais da Praia da Vitória (ETAR), abrangendo 3 385 clientes.

Em 2016, foi tratado um total de 259 670m<sup>3</sup> de água residual. Na tabela abaixo encontram-se discriminados os caudais tratados mensalmente.

Tabela 6. Evolução dos Caudais Tratados na ETAR da Praia da Vitória (m<sup>3</sup>).

Mês	Ano	
	2015	2016
janeiro	23818	23327
fevereiro	19881	19144
março	19717	21484
abril	23147	18135
maio	28181	24828
junho	23026	23762
julho	25439	22920
agosto	23417	20719
setembro	32000	22313
outubro	20654	19664
novembro	24414	18595
dezembro	36 089	24779
<b>TOTAIS</b>	<b>299783</b>	<b>259670</b>

Durante o ano de 2016, foram realizadas 21 recolhas, das 24 inicialmente previstas (devido às más condições meteorológicas), registando-se 1 amostra não conforme, representando 95% de cumprimento.

Como podemos verificar no gráfico abaixo apresentado, no ano em exercício registou-se um menor número de amostras não conformes relativamente ao ano anterior.



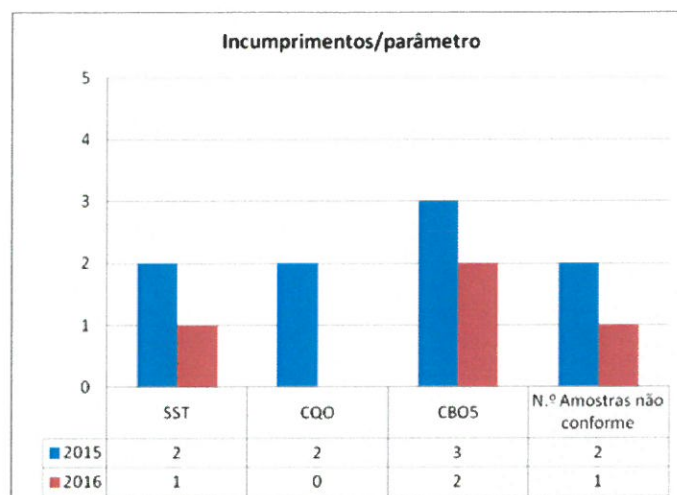


Gráfico 2. Evolução do número de incumprimentos verificados.

No ano em exercício, para além das operações de manutenção e conservação previstas no Plano de Manutenção da ETAR, foram realizadas operações de manutenção corretiva e implementadas melhorias na Estação Elevatória n.º 4 e na ETAR da Praia da Vitória que permitiram o melhor funcionamento e conservação das mesmas.

No âmbito da atividade de saneamento de águas residuais, a Praia Ambiente, E.M. desenvolve e presta ainda outros serviços, tais como:

- Exploração da ETAR do Parque Industrial;
- Limpeza de fossas; e
- Execução de ramais de esgotos.

#### 1.4.5 GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS ELÉTRICAS

Em 2016, para além do cumprimento do plano de manutenção preventiva foram implementadas diversas melhorias a nível das infraestruturas elétricas das instalações de abastecimento e saneamento de águas residuais por forma a melhorar o seu desempenho e fiabilidade, destacando-se:

- A melhoria das condições de operação dos Postos de Transformação;
- A substituição do motor principal do Furo de abastecimento; e
- O melhoramento dos processos de arranque de motores.

#### 1.4.6 RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A Praia Ambiente, E.M. assume a responsabilidade pela recolha e transporte de resíduos urbanos e equiparados de produtores que não excedam 1 100 litros diários em todo o concelho de Praia da Vitória, disponibilizando para o efeito 148 equipamentos de deposição em espaços públicos.

Durante o ano de 2016, com vista a aumentar a acessibilidade física do serviço de recolha seletiva e indiferenciada de resíduos urbanos, assegurou-se uma melhor cobertura geográfica dos equipamentos com o objetivo de cumprir com as metas impostas pela legislação e pelos objetivos estratégicos definidos nos instrumentos de planeamento do setor em vigor; foram desenvolvidas iniciativas com vista à reestruturação do sistema de recolha de resíduos urbanos.

O reforço da rede de recolha seletiva de resíduos será realizado através da ampliação da rede de ecopontos, passando de 85 ecopontos para 260, distribuídos pelas freguesias do concelho, integrados num sistema de deposição de resíduos urbanos de ecoilhas, e ampliação da rede de pontos de recolha de óleo alimentar usado, passando de 11 para 22 oleões distribuídos pelo concelho.

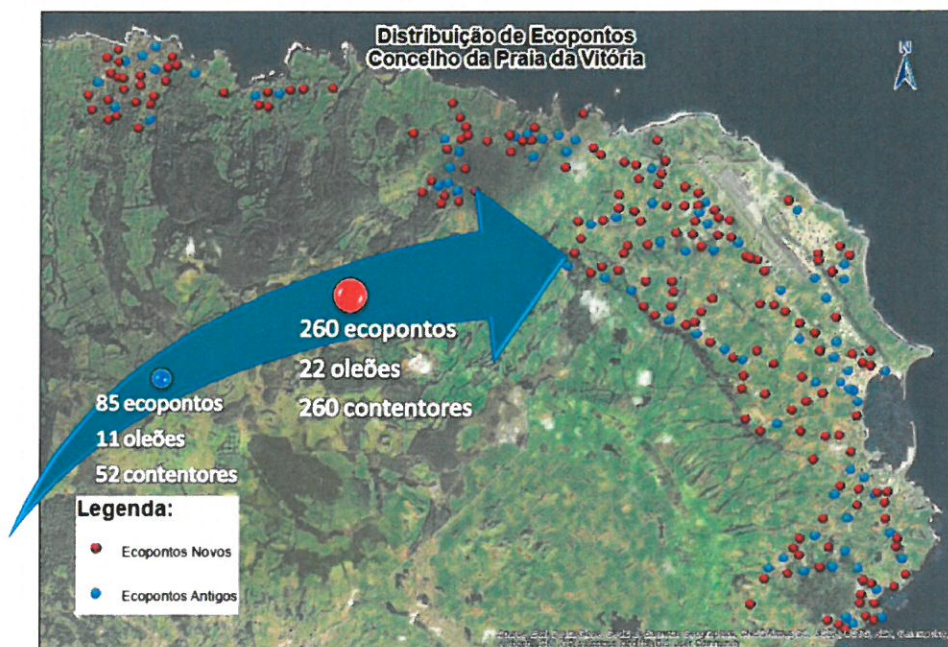


Figura 2. Distribuição dos Ecopontos no concelho de Praia da Vitória.

A atividade de recolha de resíduos urbanos, desenvolvida pela Praia Ambiente, E.M. inclui a recolha de resíduos indiferenciados, a recolha seletiva de embalagens, a recolha de óleo alimentar usado e a recolha de monstros.

Em 2016, foram recolhidos pelos serviços da empresa cerca de 8 300 toneladas de resíduos, mais 0,4% do que no ano anterior, mantendo-se a tendência verificada nos últimos anos.

### Recolha Indiferenciada de Resíduos Urbanos

A recolha de resíduos indiferenciados no concelho é realizada diariamente por 4 viaturas pesadas de recolha especializada, com equipas de 3 efetivos para a zona rural e 1 equipa de 3 efetivos para a zona urbana, num total de 4 condutores/operários e 8 operários de recolha.

A recolha de resíduos indiferenciados foi de 6 823,8 toneladas, mais 0,2% do que no ano anterior, representado 82% da totalidade dos resíduos recolhidos.

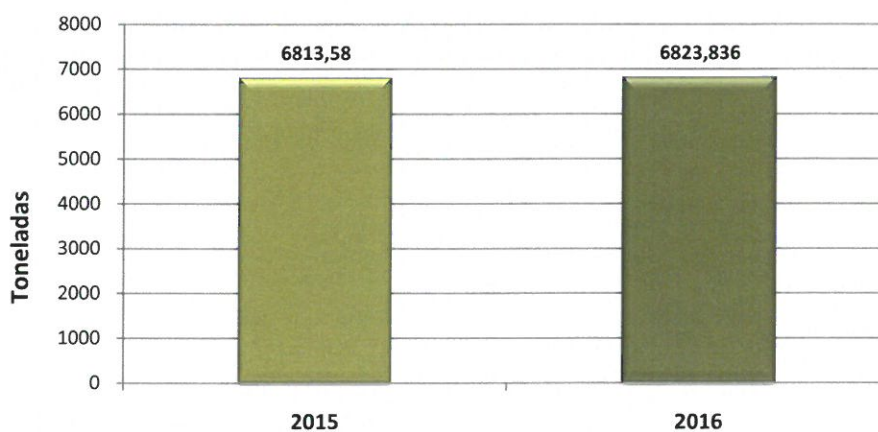


Gráfico 3. Evolução da Recolha Indiferenciada.

### Recolha Seletiva de Resíduos

A recolha seletiva é realizada pela Praia Ambiente, E.M através de circuitos específicos, garantindo assim a entrada destes no circuito de reciclagem da Sociedade Ponto Verde.

A recolha seletiva no canal HORECA, aos Hotéis, Restaurantes e Cafés do concelho, envolve a cedência temporária ao estabelecimento comercial de cerca de 795 equipamentos destinados à separação dos resíduos valorizáveis e a integração em circuitos semanais de recolha.

Existem três tipos de recolha seletiva: a realizada no Canal Horeca e pequenos produtores de papel/cartão, a recolha seletiva porta-a-porta (doméstico e HORECA rural) e pequenos produtores de plástico e a recolha na rede de ecopontos.

Em 2016, o concelho dispunha de 85 ecopontos, o que se traduz numa capitação de 1 ecoponto por 248 habitantes.

No ano de 2016, recolheram-se 1 129 toneladas de resíduos de embalagens, verificando-se um aumento de cerca de 5% de resíduos recolhidos relativamente ao ano anterior. As embalagens de vidro representaram em peso 41% do total recolhido seletivamente, enquanto as embalagens de papel/cartão e plástico 33% e 26%, respetivamente.

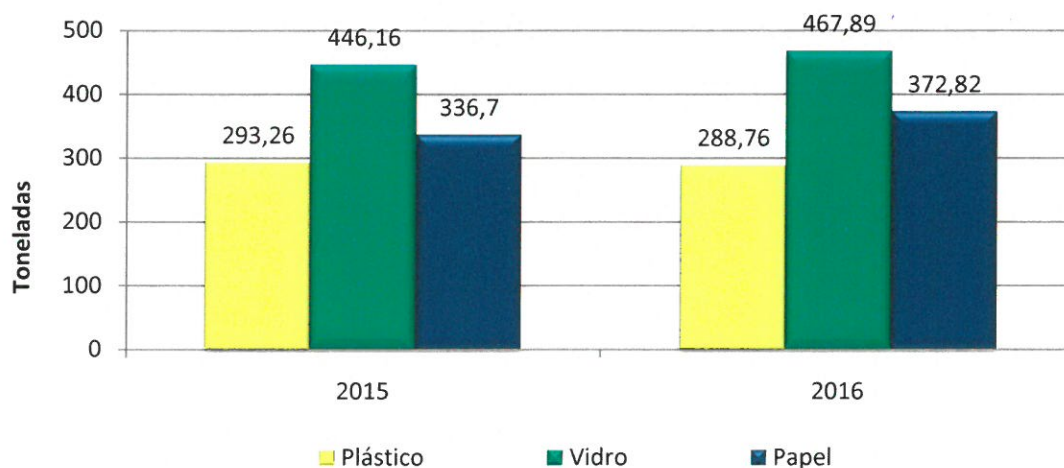


Gráfico 4. Evolução da quantidade de embalagens recolhidas seletivamente.

Verifica-se que a adesão da população aos ecopontos continua a ser elevada, sendo a taxa de enchimento média da ordem dos 70%.

### Recolha de Óleos Alimentares Usados

A Praia Ambiente, E.M. assegura igualmente a recolha do óleo alimentar usado, recolhendo nos oleões de rua, nos estabelecimentos do canal HORECA e porta –a- porta do centro urbano, o qual posteriormente é encaminhado para o operador licenciado para valorização.

Em 2016, foram recolhidas cerca de 20 toneladas de óleo alimentar usado, o que representa cerca de mais 6% que no ano anterior.

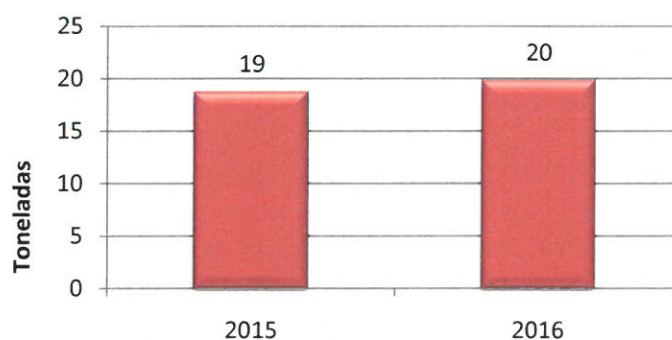


Gráfico 5. Evolução da recolha Municipal de Óleo Alimentar Usado

### Recolha de Monstros

No ano em análise, foram recolhidos cerca de 327 toneladas de monstros, menos cerca de 10% relativamente ao ano anterior.

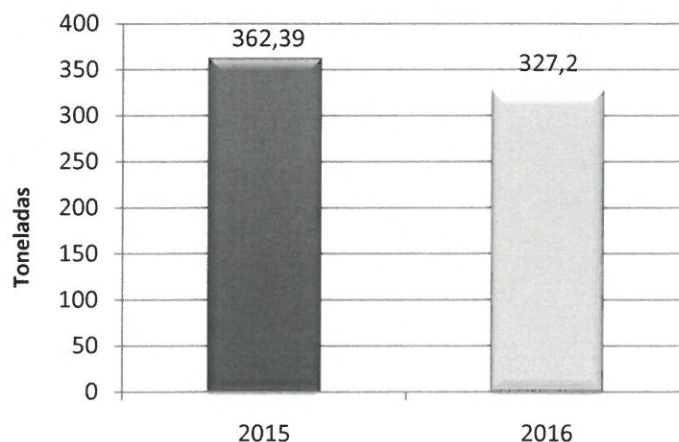


Gráfico 6. Evolução da Recolha de Monstros.

#### 1.4.6.1 SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

Os serviços de limpeza urbana asseguram diariamente, através da varredura (manual e mecânica), a limpeza de arruamentos, faixas de rodagem, passeios, passagens pedonais do centro urbano da cidade da Praia da Vitória, numa média diária percorrida de 20 km, bem como a remoção dos resíduos das papeleiras.



Figura 3. Limpeza mecânica e manual.

#### 1.4.7 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Praia Ambiente, E.M., consciente da importância da educação ambiental como ferramenta imprescindível para a consciencialização e qualificação em prol do ambiente, tem desenvolvido diversas iniciativas junto das escolas e instituições do concelho, por forma a promover comportamentos ambientalmente mais responsáveis junto da população em geral e, em especial, da população escolar, com destaque para a promoção da segurança e qualidade da água distribuída pelo sistema público e sensibilização e para a redução da produção de resíduos e a sua separação seletiva.

Durante o ano de 2016, as atividades desenvolvidas pela Área de Educação Ambiental passaram pelos seguintes eventos:

- Dia Mundial da Água e do Ambiente;
- Visitas às captações de água, à ETAR da Praia da Vitória e ao Centro de Triagem de Resíduos;

- Campanha de sensibilização sobre os cuidados a ter com os resíduos;
- Campanha de sensibilização sobre o consumo de água da torneira;
- Participação na III Biofeira dos Açores;
- 4.ª Edição da Oficina de Reciclagem de Natal;
- Apoio a projetos desenvolvidos no âmbito do programa Eco Escolas e dos clubes do ambiente; e
- Ação de sensibilização/esclarecimento sobre a correta gestão dos resíduos urbanos e dos resíduos de oficina.

Tabela 7. Número de ações de sensibilização e educação ambiental realizadas em 2016.

	Atividades	Visitas de Estudo	Eventos	Ações de Sensibilização	Total
<b>Número</b>	3	11	3	2	19
<b>Participantes</b>	2 373	210	4 300	8 000	14 883



Figura 5. Fotografias das ações de sensibilização e educação ambiental.

Das atividades desenvolvidas destaque-se a elaboração da campanha “Beba com confiança da sua Torneira” e da candidatura ao programa de apoio financeiro à comunicação sobre Qualidade da Água para Consumo Humano.



Figura 4. Fotografias das acções da campanha “Beba com confiança da sua Torneira”.

#### 1.4.8 FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS

O ano de 2016 fica marcado pela reestruturação do anterior Gabinete Técnico, formando-se a nova Área de Fiscalização e Serviços, a qual engloba o Sistema de Informação Geográfica, apreciação de projetos de redes prediais, deteção de fugas de água em redes públicas e privadas, elaboração de peças desenhadas e orçamentos para projetos de execução, orçamentos, higiene/saúde/segurança no trabalho e as ações de fiscalização do Regulamento Municipal de Resíduos, bem como do Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Águas e de Drenagem de Águas Residuais do Município da Praia da Vitória.

##### 1.4.8.1 PROJETOS



Durante o período abrangido por este relatório procedeu-se a alterações nas peças escritas e desenhadas dos seguintes projetos:

- Melhoria da Eficiência Energética e Controlo de Perdas de Água no Sistema de Abastecimento de Água;
- Execução de Redes de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais Domésticas no Concelho da Praia da Vitória (com inclusão da conduta elevatória da ER11ª Lajes).

#### **1.4.8.2 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG)**

Na área dos Sistemas de Informação Geográfica procedeu-se ao carregamento dos dados recolhidos nas atividades da empresa nos seus diversos setores operacionais, no intuito de manter atualizada a sua base de dados (tabela8).

Continuou-se a proceder à validação dos clientes que estão ligados à nossa rede pública de drenagem de águas residuais na freguesia de Santa Cruz de forma a corrigir eventuais erros que possam existir na faturação dos serviços associados a este tipo de sistema e simultaneamente efetuar o cadastro dos ramais de águas residuais urbanas existentes, sendo validados 592 clientes. Apreciaram-se 61 projetos de águas e esgotos em 2016 e 40 em 2015.

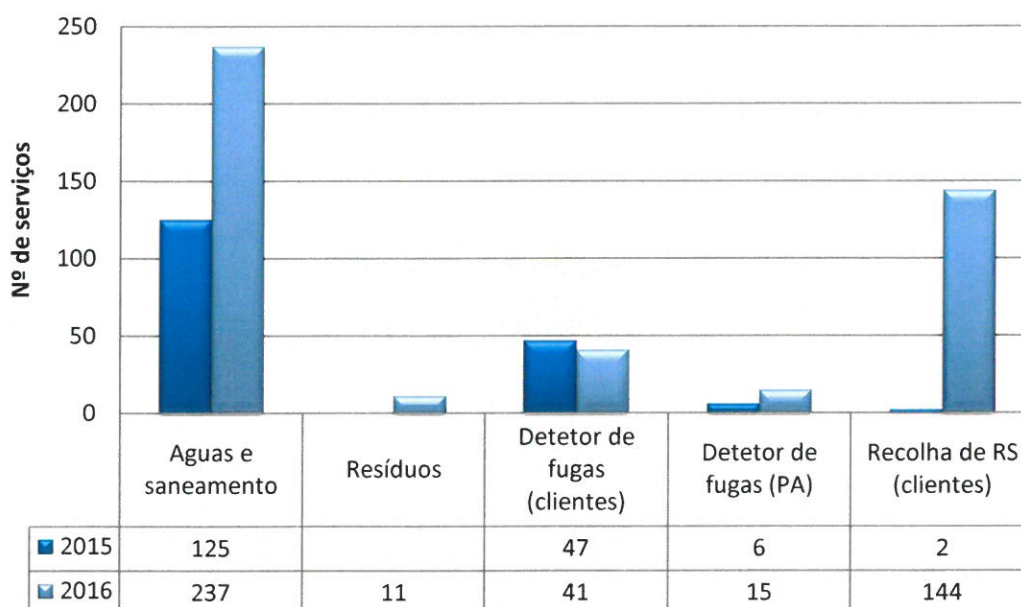
Tabela 8. Resumo de elementos de rede cadastrados.

Elementos de Rede	Válvulas Seccionamento	Pontos Consumo	Ramais	Hidrantes	Tubagens (km)	Camaras Ramal
Nº Elementos	106	88	98	7	6.7	82

#### **1.4.8.3 FISCALIZAÇÃO**

Em linha com os objetivos propostos, foram desenvolvidas ao longo deste período 439 ações de fiscalização de modo a garantir o cumprimento, por parte dos munícipes, do Regulamento

Municipal de Resíduos e do Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Águas e de Drenagem de Águas Residuais do Município da Praia da Vitória. Em relação ao período homólogo de 2015 onde se registaram 180 ações verificando-se assim em 2016 um incremento de aproximadamente 143% dos serviços efetuados. Este aumento foi de certa forma atenuado com a afetação de mais um elemento ao serviço de fiscalização. Os serviços executados encontram-se discriminados no gráfico abaixo indicado.



**Gráfico 7. Quantificação dos serviços executados por categorias.**

O aumento do volume de serviços executados deve-se à verificação do cumprimento da recolha de resíduos sólidos no centro urbano da cidade bem como da execução de todos os serviços de fiscalização de água e saneamento emitidos pela Área Comercial.

Neste ano de 2016 deu-se início à notificação dos incumprimentos dos regulamentos que regem a atividade da empresa, sendo efetuadas 67 notificações, das quais apenas 3 se referem ao regulamento de resíduos. As restantes notificações estão principalmente relacionadas com as violações dos cortes de água efetuados. A grande incidência de violação de cortes de água efetuados por falta de pagamento levou a empresa a adquirir um sistema de válvulas antifraude de forma a evitar deslocações sucessivas aos locais em causa.

Atendendo às competências e atribuições, as fiscalizações promovidas pela área de fiscalização e serviços, especificamente as relativas ao sistema de distribuição de água, incidiram

principalmente na fiscalização de atividades cuja natureza e relevância são passíveis de gerar impactos negativos na área comercial da empresa (cortes, violação de cortes, ligações diretas).

#### 1.4.8.4 SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO

Este setor procedeu, à semelhança do ano transato, e em conformidade com as normas de segurança em vigor, à verificação e distribuição dos equipamentos de proteção individual para os diferentes setores operacionais da empresa. Para além do exposto procedeu ao acompanhamento das atividades operacionais da empresa num total de 112 ações em 2016 e 40 ações em 2015. Este setor de atividade acompanhou também os procedimentos das consultas na Medicina do Trabalho implementadas na Praia Ambiente.

No período deste relatório registaram-se 3 acidentes de trabalho e no período homólogo de 2015 registaram-se 4 acidentes de trabalho conforme se pode constatar no gráfico apresentado abaixo.

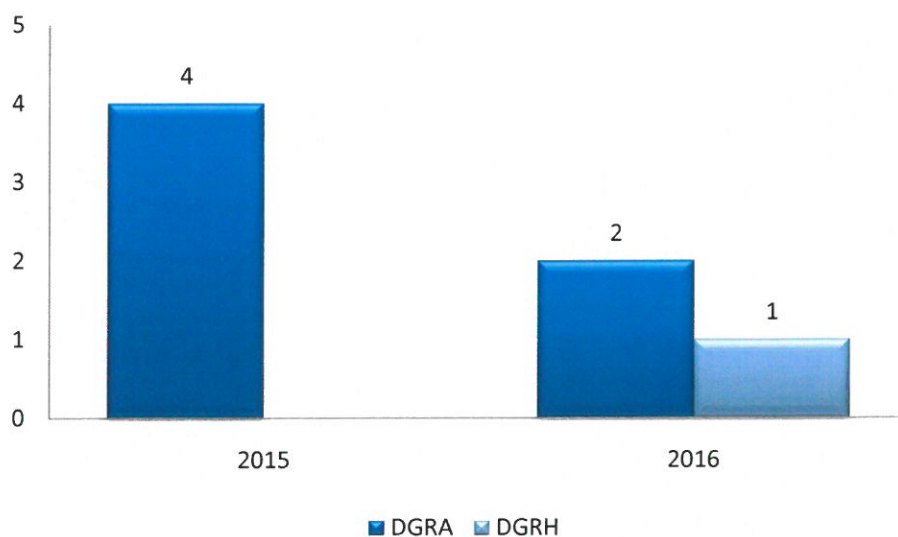


Gráfico 8. Quantificação Anual de Acidentes de Trabalho ocorridos em 2016.

#### 1.4.9 RECURSOS HUMANOS

A empresa mantém uma Política Social e de Recursos Humanos que, valorizando o potencial humano, visa o progresso permanente da Praia Ambiente, E.M. e de todos os colaboradores, mantendo o investimento na melhoria contínua das condições de trabalho, tendo como objetivo sustentar uma força de trabalho motivada e empenhada no alcance dos objetivos globais da organização.

#### 1.4.9.1 NÚMERO TOTAL DE COLABORADORES

A 31 de Dezembro de 2016 o Quadro de Pessoal da Empresa integrava 87 colaboradores, encontrando-se distribuídos pelas diferentes unidades organizacionais:

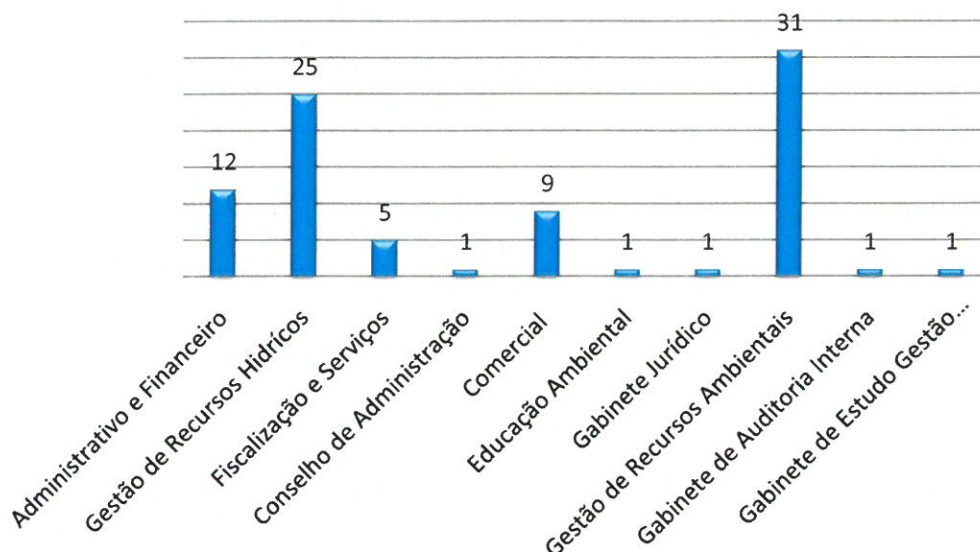


Gráfico 9. Número de colaboradores da empresa, em 2016.

#### 1.4.9.2 CATEGORIA PROFISSIONAL

Dos 87 colaboradores, 64% são assistentes operacionais, 16% técnicos superiores e 20% administrativos e técnicos profissionais:

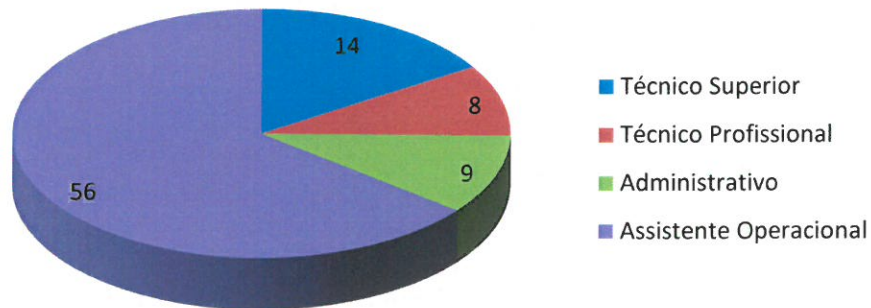


Gráfico 10. Número de colaboradores por categoria profissional, em 2016.

#### 1.4.9.3 DIVERSIDADE GÉNERO E IDADE

Do universo dos 87 colaboradores, a distribuição por sexo é referida no seguinte gráfico:

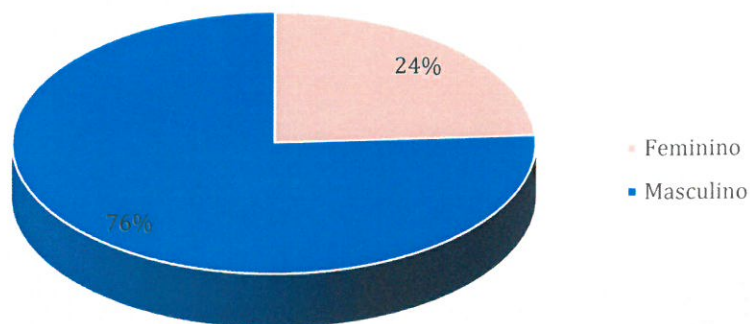


Gráfico 11. Número de colaboradores por género, em 2016.

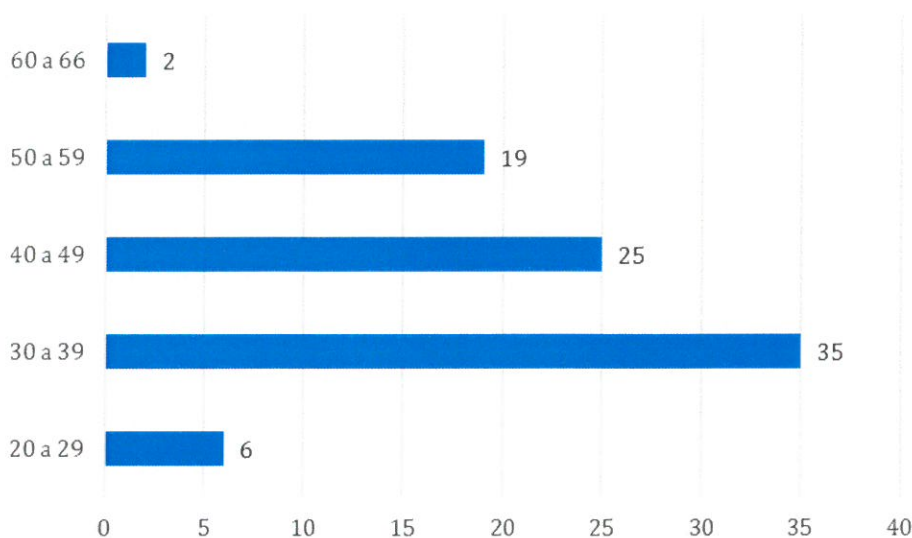


Gráfico 12. Distribuição do número de colaboradores por idade, em 2016.

#### 1.4.9.4 FORMAÇÃO

Foram providenciadas ações de formação e sensibilização aos colaboradores, visando a melhoria contínua das suas competências e do desempenho das funções que lhe são atribuídas.

Em 2016 foram ministradas 27 ações, o que representa um aumento de 17 formações relativamente a 2015:

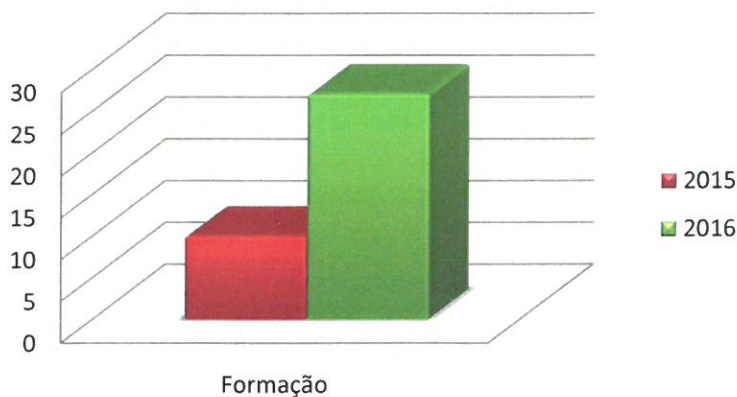


Gráfico 13. Evolução do número de formações.

## 1.5 INDICADORES DE DESEMPENHO

Tabela 9. Objetivos estratégicos da Praia Ambiente, E.M. para o quinquénio 2016-2020.

Objetivos Sectoriais	Valor Referência
<b>SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA</b>	
<b>Defesa dos interesses dos utilizadores</b>	
<b>Acessibilidade de serviço aos utilizadores</b>	
Cobertura do serviço (%)	100%
<b>Qualidade do serviço prestado aos utilizadores</b>	
Análises de água realizadas (%)	100%
Qualidade da água fornecida (%)	99,49%
<b>Sustentabilidade da entidade gestora</b>	
<b>Sustentabilidade económico-financeira da entidade gestora</b>	
Rácio de cobertura dos custos operacionais (-)	1,21
<b>Sustentabilidade infraestrutural da entidade gestora</b>	
Cumprimento do licenciamento das captações de água (%)	0%
Capacidade da reserva de água tratada (dias)	1,48
<b>Sustentabilidade operacional da entidade gestora</b>	
Avarias em condutas (n.º/(100 km.ano)	9,32
<b>SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS</b>	
<b>Defesa dos interesses dos utilizadores</b>	
<b>Acessibilidade de serviço aos utilizadores</b>	
Cobertura do serviço (%)	100%
<b>Qualidade do serviço prestado aos utilizadores</b>	
Ocorrência de inundações (n.º prop./100 km coletor/ano)	0
<b>Sustentabilidade da entidade gestora</b>	
<b>Sustentabilidade económico-financeira da entidade gestora</b>	
Rácio de cobertura dos custos operacionais (-)	0,81
<b>Sustentabilidade infraestrutural da entidade gestora</b>	
Utilização das estações de tratamento (%)	70%
Tratamento de águas residuais recolhidas (%)	100%
<b>Sustentabilidade ambiental</b>	
Análises de águas residuais realizadas (%)	100 %
Cumprimento dos parâmetros de descarga (%)	95%
Destino final de lamas do tratamento (%)	100 %
<b>SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS</b>	
<b>Defesa dos interesses dos utilizadores</b>	
<b>Acessibilidade de serviço aos utilizadores</b>	
Cobertura do serviço (%)	100 %
<b>Qualidade do serviço prestado aos utilizadores</b>	
Resposta a reclamações escritas (%)	100 %
<b>Sustentabilidade da entidade gestora</b>	
<b>Sustentabilidade económico-financeira da entidade gestora</b>	
Rácio de cobertura dos custos operacionais	0,83
<b>Sustentabilidade infraestrutural da entidade gestora</b>	
Reciclagem (%)	18%

## 2 DESEMPENHO FINANCEIRO

Neste capítulo apresenta-se a análise Económica e Financeira da empresa nos últimos três anos.

### 2.1 ANÁLISE ECONÓMICA

O Resultado Líquido do período de 2016 cifra-se em 34.305,00 € positivos cuja descrição é a seguinte:

Descrição	2015	2016
<b>Resultados Operacionais</b>	262.729,56 €	213.973,10 €
<b>Resultados Financeiros</b>	-226.714,92 €	-170.978,94 €
<b>Resultados antes de Impostos</b>	36.014,64 €	42.994,16 €
<b>Imposto sobre o Rendimento</b>	- 9.480,78 €	- 8.689,16 €
<b>Resultado Líquido</b>	26.533,86 €	34.305,00 €

O Resultado Líquido apurado foi influenciado negativamente pelos Resultados Financeiros, ainda que estes tenham sofrido uma melhoria de 2015 para 2016 (25%) em virtude da diminuição do endividamento em 2016.

Por sua vez, os Resultados Operacionais diminuíram aproximadamente 19%, impulsionados pela diminuição dos rendimentos operacionais em 13% conjugado com a diminuição dos gastos operacionais em 12%.

#### 2.1.1 RENDIMENTOS

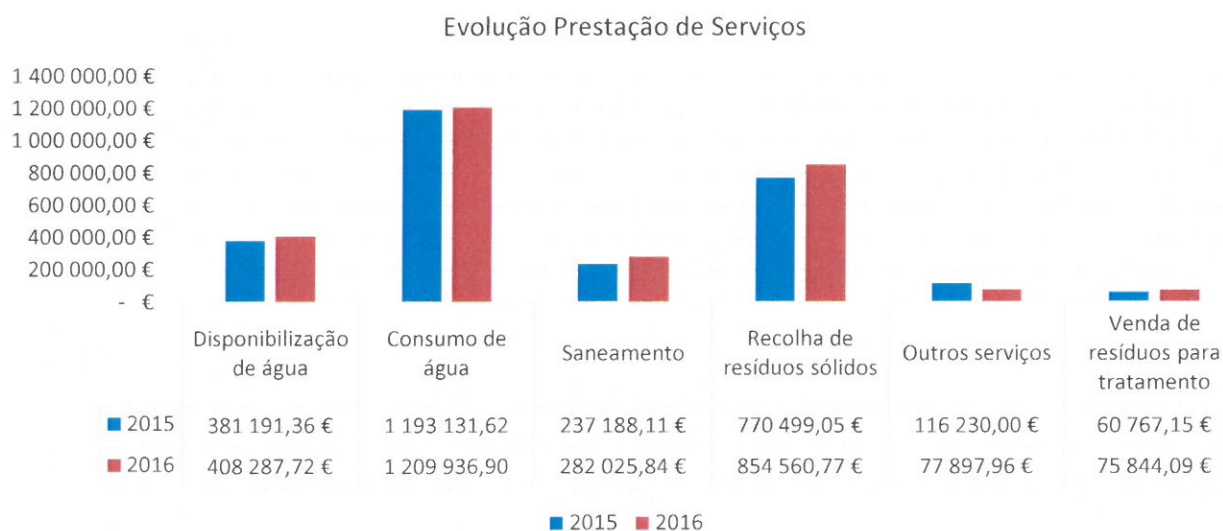
Os rendimentos, no montante de 3.276.698,00 €, tiveram a seguinte estrutura:



Rendimentos	2015	2016
<b>Prestação de Serviços</b>	2.759.007,29 €	2.908.553,28 €
<b>Subsídios à Exploração</b>	- €	11.231,53 €
<b>Imparidade de dívidas a receber</b>	- €	68.978,87 €
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	1.000.430,97 €	286.483,56 €
<b>Juros e Rendimentos obtidos</b>	1.247,03 €	1.450,78 €
<b>Total</b>	<b>3.760.685,29 €</b>	<b>3.276.698,02 €</b>

A 31 de Dezembro de 2016 o volume de negócios da Praia Ambiente atingiu o montante de 2.908.553,28 €, incrementando-se em 5% por referência a 2015. Esta variação deve-se à implementação do Plano de Restruturação Tarifária dos Serviços, com vista ao cumprimento da Recomendação da ERSARA.

De salientar que a atividade da Praia Ambiente nos últimos dois anos caracterizou-se, fundamentalmente, pela prestação dos seguintes serviços:



As rubricas “Disponibilização de Água” e “Consumo de Água” obtiveram um acréscimo de 7% e 1%, respetivamente. A “Recolha de Resíduos Sólidos” obteve a maior expressão com um aumento de 11%, sendo que a “Venda de Resíduos para Tratamento” verificou um aumento de 25%.

## 2.1.2 GASTOS

A 31 de Dezembro de 2016 os gastos, no montante de 3.233.704,86 €, apresentaram a seguinte estrutura:

Gastos	2015	2016
<b>Custo das mercadorias vendidas</b>	12.577,09 €	8.444,46 €
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	858.532,48 €	1.035.496,50 €
<b>Custos com pessoal</b>	1.418.807,22 €	1.408.470,18 €
<b>Imparidade de dívidas a receber</b>	58.944,01 €	- €
<b>Outros gastos e perdas</b>	518.602,18 €	22.267,71 €
<b>Gastos / reversões de depreciação e de amortização</b>	630.492,75 €	588.046,07 €
<b>Juros e gastos similares suportados</b>	226.714,92 €	170.978,94 €
<b>Total</b>	<b>3.724.670,65 €</b>	<b>3.233.703,86 €</b>

Em 2016, os gastos de natureza operacional (gastos com pessoal, FSE, depreciações e outros gastos e perdas) sofreram, face a 2015, uma diminuição de 12%. Esta diminuição deveu-se essencialmente à variação dos gastos com pessoal (-1%), depreciações (-7%) e outros gastos e perdas (-96%).

Por seu turno, os Fornecimentos e Serviços Externos, cujo detalhe se evidencia no quadro abaixo, verificaram um aumento de 21%. Este aumento deveu-se, essencialmente, à execução do projeto de investimento designado por “Ampliação do Sistema de Recolha Seletiva do Concelho da Praia da Vitória”, promovido pela Praia Ambiente, E.M..

Ramos



Fornecimentos e Serviços Externos	2015	2016
Subcontratos - Aterro	175.282,85 €	176.394,63 €
Serviços especializados	131.971,77 €	155.236,99 €
Publicidade e propaganda	1.132,79 €	50.027,42 €
Honorários	14.687,32 €	5.862,81 €
Comissões	3.381,37 €	3.276,75 €
Conservação e reparação equip. básico	18.890,05 €	14.217,93 €
Conservação e reparação equip. transporte	63.987,20 €	116.162,13 €
Serviços bancários	12.937,91 €	14.008,28 €
Ferramentas e utensílios	41.325,76 €	106.195,76 €
Material de escritório	8.501,66 €	12.059,78 €
Artigos para oferta	1.365,27 €	1.378,42 €
Eletricidade	163.204,12 €	181.706,44 €
Combustíveis - gasóleo	107.775,67 €	99.493,49 €
Combustíveis - gasolina	6.364,89 €	6.410,03 €
Óleos e lubrificantes	3.484,95 €	3.985,56 €
Produtos Limpeza veículos	2.271,80 €	2.855,00 €
Produtos tratamento águas	3.550,70 €	1.860,00 €
Deslocações e estadas	289,35 €	3.244,63 €
Transportes de mercadorias	438,28 €	865,78 €
Aluguer de máquinas e veículos	1.926,00 €	- €
aluguer de equipamento (renting)	- €	650,64 €
Comunicação - despesas postais	67.455,74 €	62.342,89 €
Comunicação - telefones	4.220,73 €	3.588,91 €
Comunicação - telemóveis	3.384,32 €	3.483,07 €
Seguros - ramo incêndio	3.473,60 €	2.799,12 €
Seguros - viaturas	15.170,85 €	5.373,91 €
Contencioso e notariado	1.053,92 €	273,00 €
Despesas de representação	865,99 €	- €
Limpeza higiene e conforto	137,62 €	1.743,13 €
<b>Total</b>	<b>858.532,48 €</b>	<b>1.035.496,50 €</b>

Os gastos financeiros diminuíram 55.736,00 € face a 2015, desde logo pela manutenção em baixa das taxas de juro, mas também e em especial pela redução do capital da dívida, decorrente da amortização integral de um empréstimo de MLP.

### 2.1.3 INDICADORES ECONÓMICOS

Relativamente aos indicadores de rentabilidade económica, e como se pode observar no quadro seguinte, constata-se que:

Rácios Económicos	2015	2016
<b>Rentabilidade das vendas (Resultado líquido / Vendas)</b>	0,96	1,18
<b>Rentabilidade do capital próprio (Resultado líquido / capital próprio)</b>	0,99	1,24
<b>Cash Flow</b>	657.026,61 €	622.351,07 €
<b>Rotação de capital próprio (Vendas / capital próprio)</b>	1,03	1,05
<b>Prazo médio de cobrança (clientes / vendas)</b>	19,22	18,56
<b>Produtividade (Vendas / empregados)</b>	31.352	33.432
<b>Rotação do ativo circulante (Vendas / Ativo circulante)</b>	7,96	6,10
<b>Prazo médio de pagamento (Dívida a fornecedores / compras)</b>	101	107

A rentabilidade das vendas situou-se nos 1,18% o que significa um acréscimo relativamente a 2015 (0,96%).

A rentabilidade dos Capitais Próprios regista um valor de 1,24% vs 0,99% ano anterior, refletindo desta forma a preocupação em otimizar a estrutura financeira da Empresa.

A produtividade da Empresa aumentou devido ao incremento da Prestação de Serviços em 5% e redução do pessoal em 1 colaborador de 2015 para 2016, passando de 88 para 87 colaboradores.

O Cash Flow cifra-se nos 622.351,07 € e verifica uma diminuição devido à redução do valor das amortizações de 2015 para 2016.

O prazo médio de pagamentos situa-se nos 107 dias.

## 2.2 ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL

O Balanço apresentava a 31.12.2016 a seguinte estrutura:

<b>Balanço</b>		
	2015	2016
Ativos fixos tangíveis	7.796.021,94 €	7.666.237,97 €
Ativos por impostos diferidos	716,19 €	1.061,71 €
<b>Total do ativo não corrente</b>	<b>7.796.738,13 €</b>	<b>7.667.299,68 €</b>
Inventários	17.784,73 €	21.422,85 €
Clientes	294.539,61 €	299.903,61 €
Adiantamentos a fornecedores	- €	- €
Estados e outros entes públicos	1.569,60 €	100.868,23 €
Outras contas a receber	- €	21.166,08 €
Diferimentos	- €	1.119,32 €
Caixa e depósitos bancários	32.669,20 €	32.109,63 €
<b>Total do ativo corrente</b>	<b>346.563,14 €</b>	<b>476.589,72 €</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>8.143.301,27 €</b>	<b>8.143.889,40 €</b>
Capital realizado	1.878.348,22 €	1.878.348,22 €
Reservas legais	7.002,57 €	8.329,26 €
Outras reservas	5.814,81 €	5.814,81 €
Resultados transitados	60.433,51 €	85.640,68 €
Outras variações no capital próprio	709.814,39 €	749.682,95 €
Resultado líquido do período	26.533,86 €	34.305,00 €
<b>Total do capital próprio</b>	<b>2.687.947,36 €</b>	<b>2.762.120,92 €</b>
Financiamentos obtidos	3.981.244,01 €	3.515.529,35 €
<b>Total do passivo não corrente</b>	<b>3.981.244,01 €</b>	<b>3.515.529,35 €</b>
Fornecedores	480.398,84 €	616.455,72 €
Estados e outros entes públicos	34.044,40 €	37.002,37 €
Financiamentos obtidos	510.142,35 €	478.224,58 €
Outras contas a pagar	449.524,31 €	734.556,46 €
<b>Total do passivo corrente</b>	<b>1.474.109,90 €</b>	<b>1.866.239,13 €</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>5.455.353,91 €</b>	<b>5.381.768,48 €</b>
<b>Total do capital próprio e passivo</b>	<b>8.143.301,27 €</b>	<b>8.143.889,40 €</b>

Destaca-se a redução dos ativos não correntes em resultado das amortizações do período e a redução dos passivos não correntes “Financiamentos Obtidos” decorrente das amortizações da dívida.

No ativo, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresenta um montante de 100.868,23 € devido ao pedido de reembolso de IVA no montante de cem mil euros efetuado em dezembro. Por sua vez, a rubrica “Fornecedores” apresenta um aumento bruto de 136.056,88 €, devido ao investimento mencionado no capítulo anterior, cujas faturas foram imputadas no exercício de 2016 sendo que a sua liquidação ocorreria em 2017.

### 2.2.1 INDICADORES FINANCEIROS

A liquidez geral situa-se nos 0,26%, o fundo maneio em 0,26% e 33,92 de autonomia financeira.

Rácios Financeiros	2015	2016
<b>Liquidez geral (Activo circulante / Dívidas curto prazo)</b>	0,24	0,26
<b>Liquidez reduzida (Activo circulante - existências / Dívidas curto prazo)</b>	0,22	0,24
<b>Liquidez imediata (Caixa + bancos / Dívidas curto prazo)</b>	0,02	0,02
<b>Fundo Maneio Líquido</b>	0,24	0,26
<b>Solvabilidade (Capital próprio / passivo total)</b>	49,27	51,32
<b>Autonomia financeira (Capital próprio / activo total)</b>	33,01	33,92

O indicador de solvabilidade apresenta uma evolução favorável, tendo atingido 51,32% em 2016 contra 49,27% em 2015, salientando-se que apresenta valores que não põem em causa a capacidade de solvência dos compromissos financeiros a médio/longo prazo.

### 2.3 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA

Prevê-se que a Praia Ambiente, E.M. mantenha o seu nível de atividade em 2017, continuando a prestar serviços de qualidade, com uma crescente preocupação social e ambiental, assegurando simultaneamente a sua sustentabilidade económica e financeira.

Neste sentido, a empresa manterá o seu foco no desenvolvimento dos seus projetos de referência:

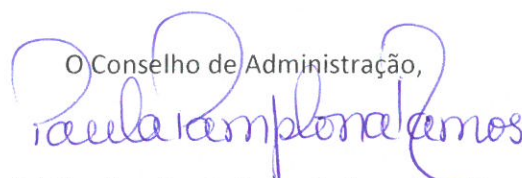
- Plano de Reestruturação Tarifária com vista ao cumprimento da recomendação da ERSARA.
- Plano de Renovação de Parque de Contadores;
- Publicação do Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e de Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho da Praia da Vitória;
- Licenciamento das captações de água para consumo humano do concelho da Praia da Vitória.
- Execução do projeto de "Adução e Abastecimento a Santa Rita";
- Implementação do Plano de Segurança da Água;
- Continuidade da implementação do projeto de ampliação e remodelação da rede de ecopontos e oleões do concelho da Praia da Vitória;
- Implementação da campanha de sensibilização e educação ambiental "Tão fácil, que até nós já separamos";
- Modernização continua da frota da Praia Ambiente, E.M.; e
- Modernização Informática.

## 2.4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 11º dos Estatutos da Praia Ambiente E.M., o Conselho de Administração submete o Relatório de Contas do exercício de 2016 à Assembleia Geral, propondo a aplicação do Resultado Líquido positivo realizado no Exercício de 2016 de 34.305, 00€ da seguinte forma:

- a) Para Reforço Reserva Legal = 1.715,25 €
- b) Para Resultados Transitados = 32.589,75 €

Praia da Vitória, 21 de março de 2017,

O Conselho de Administração,  


Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos

*Presidente*



Jorge Leonardo

*Administrador Executivo*



Sónia Silva

*Administradora Não Executiva*



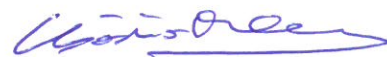
## II-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Praia Ambiente, E.M. são compostas pelos seguintes documentos:

- Balanço;
- Demonstração de Resultados por Natureza
- Demonstração de Resultados por Função;
- Demonstração de alteração do capital próprio;
- Demonstração de Fluxos de Caixa.

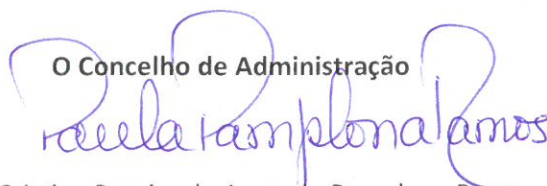
Os documentos mencionados foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e apresentam a posição financeira da empresa a 31 de dezembro de 2016.

O Contabilista Certificado,



Cesário Meneses

O Concelho de Administração



Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos

*Presidente*



Sónia Silva

*Administradora não executiva*



Jorge Leonardo

*Administrador Executivo*



Ramos

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Activos fixos tangíveis	3; 5; 17	7.666.237,97	7.796.021,94
Investimentos financeiros	3	1.061,71	716,19
<b>Total do activo não corrente</b>		<b>7.667.299,68</b>	<b>7.796.738,13</b>
<b>ACTIVO CORRENTE:</b>			
Inventários	3; 7	21.422,85	17.784,73
Clientes	8	299.903,61	294.539,61
Estados e outros entes públicos	3; 6; 13	100.868,23	1.569,60
Outras contas a receber		21.166,08	0,00
Diferimentos		1.119,32	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	32.109,63	32.669,20
<b>Total do activo corrente</b>		<b>476.589,72</b>	<b>346.563,14</b>
<b>Total do activo</b>		<b>8.143.889,40</b>	<b>8.143.301,27</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital realizado	10	1.878.348,22	1.878.348,22
Reservas legais	10	8.329,26	7.002,57
Outras reservas	10	5.814,81	5.814,81
Resultados transitados	10	85.640,68	60.433,51
Outras variações no capital próprio	3; 10	749.682,95	709.814,39
		2.727.815,92	2.661.413,50
Resultado líquido do período		34.305,00	26.533,86
<b>Total do capital próprio</b>		<b>2.762.120,92</b>	<b>2.687.947,36</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	11	3.515.529,35	3.981.244,01
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>3.515.529,35</b>	<b>3.981.244,01</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	11	616.455,72	480.398,84
Estado e outros entes públicos	3; 13	37.002,37	34.044,40
Financiamentos obtidos	11	478.224,58	510.142,35
Outras contas a pagar	12	734.556,46	449.524,31
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>1.866.239,13</b>	<b>1.474.109,90</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>5.381.768,48</b>	<b>5.455.353,91</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>8.143.889,40</b>	<b>8.143.301,27</b>

O anexo faz parte integrante deste balanço.

*Pedro Cerón*

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

*Se -*  
*ff*

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015
Vendas e serviços prestados	14	2.908.553,28	2.759.007,29
Subsídios à exploração		11.231,53	0,00
Costo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-8.444,46	-12.577,09
Fornecimentos e serviços externos	15	-1.035.496,50	-858.532,48
Gastos com o pessoal	16	-1.408.470,18	-1.418.807,22
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	8	68.978,87	-58.944,01
Outros rendimentos e ganhos	14	287.934,34	1.001.678,00
Outros gastos e perdas		-22.267,71	-518.602,18
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>802.019,17</b>	<b>893.222,31</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	17	-588.046,07	-630.492,75
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>213.973,10</b>	<b>262.729,56</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	18	-170.978,94	-226.714,92
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>42.994,16</b>	<b>36.014,64</b>
Imposto sobre o rendimento do período	3; 6	-8.689,16	-9.480,78
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>34.305,00</b>	<b>26.533,86</b>

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas

*Alcázar*

*Ramos*

*ff*  
*/s.*

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 20 16

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	Notas	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015
Vendas e serviços prestados	14	2.908.553,28	2.759.007,29
Subsídios à exploração		11.231,53	0,00
Custo das vendas e dos serviços prestados	7; 16; 17	-1.935.981,84	-2.120.821,07
<b>Resultado bruto</b>		<u>983.802,97</u>	<u>638.186,22</u>
Outros rendimentos	14	287.934,34	1.001.678,00
Gastos de distribuição	15	-255.119,10	-219.871,41
Gastos administrativos	15	-780.377,40	-638.661,07
Outros gastos		-22.267,71	-518.602,18
<b>tado operacional antes de gastos de financiamento e impostos</b>		<u>213.973,10</u>	<u>262.729,56</u>
Gastos de financiamento (líquidos)	18	-170.978,94	-226.714,92
<b>Resultados antes de impostos</b>		<u>42.994,16</u>	<u>36.014,64</u>
Imposto sobre o rendimento do período	3; 6	-8.689,16	-9.480,78
<b>Resultado líquido do período</b>		<u><u>34.305,00</u></u>	<u><u>26.533,86</u></u>

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por funções

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2015

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período	Total do capital próprio
					capital próprio	próprio		
10	1 878 348,22	5 596,81	5 814,81	33 723,98	1 380 053,49		28 115,29	3 331 652,60
<b>Alterações no período:</b>								
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	0,00	0,00	0,00	0,00	-820 366,11		0,00	-820 366,11
	0,00	1 405,76	0,00	26 709,53	0,00	0,00	0,00	0,00
10	0,00	0,00	0,00	0,00	150 127,01		0,00	150 127,01
	1 878 348,22	7 002,57	5 814,81	60 433,51	709 814,39		0,00	2 661 413,50
10							26 533,86	26 533,86
<b>Resultado líquido do período</b>								26 533,86
<b>Resultado integral</b>								26 533,86
<b>Operações com detentores de capital no período</b>								
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1 878 348,22	7 002,57	5 814,81	60 433,51	709 814,39		26 533,86	2 687 947,36
<b>Posição no fim do período 2015</b>								2 687 947,36

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

### NO PERÍODO 2016

(Montantes expressos em euros)



Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras		Resultado líquido do período	Total do capital próprio
					variações no capital próprio	capital próprio		
10	1 878 348,22	7 002,57	5 814,81	60 433,51	709 814,39	26 533,86	2 687 947,3	
10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10	0,00	0,00	0,00	0,00	-105 250,95	0,00	-105 250,9	
10	0,00	1 326,69	0,00	25 207,17	0,00	-26 533,86	0,00	
10	0,00	0,00	0,00	0,00	145 119,51	0,00	145 119,5	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	<u>1 878 348,22</u>	<u>8 329,26</u>	<u>5 814,81</u>	<u>85 640,68</u>	<u>749 682,95</u>	<u>0,00</u>	<u>2 727 815,9</u>	
10						34 305,00	34 305,0	
						<u>34 305,00</u>	<u>2 762 120,9</u>	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	<u>1 878 348,22</u>	<u>8 329,26</u>	<u>5 814,81</u>	<u>85 640,68</u>	<u>749 682,95</u>	<u>34 305,00</u>	<u>2 762 120,9</u>	

**Posição no início do período 2016**

**Alterações no período:**

- Diferenças de conversão de demonstrações financeiras
- Ajustamentos por impostos diferidos
- Outras alterações reconhecidas no capital próprio
- Aplicação de resultados
- Subsídio Proconvergência
- Outros

**Resultado líquido do período**

**Resultado integral**

**Operações com detentores de capital no período**

Realizações de capital

**Posição no fim do período 2016**

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 20 16

(Montantes expressos em euros)

*Carina Ramos*  
*Ramos*  
*[Signature]*

	31-12-2016	31-12-2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Recebimentos de clientes	3.060.443,82	2.874.191,88
Pagamentos a fornecedores	-1.008.317,38	-913.076,90
Pagamentos ao pessoal	-917.055,60	-925.352,72
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>1.135.070,84</b>	<b>1.035.762,26</b>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-1.082,82	693,77
Outros recebimentos / pagamentos	-215.750,08	-124.889,44
<b>Fluxos das actividades operacionais [1]</b>	<b>918.237,94</b>	<b>911.566,59</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos fixos tangíveis	-263.087,18	-201.918,05
Outros activos	0,00	0,00
	-263.087,18	-201.918,05
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Juros e rendimentos similares	0,00	19,22
Dividendos	0,00	19,22
	0,00	19,22
<b>Fluxos das actividades de investimento [2]</b>	<b>-263.087,18</b>	<b>-201.898,83</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	639.500,00	734.000,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	639.500,00	734.000,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	-1.139.363,64	-1.215.300,71
Juros e gastos similares	-155.846,69	-213.165,77
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	-1.295.210,33	-1.428.466,48
<b>Fluxos das actividades de financiamento [3]</b>	<b>-655.710,33</b>	<b>-694.466,48</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>-559,57</b>	<b>15.201,28</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>32.669,20</b>	<b>17.467,92</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>32.109,63</b>	<b>32.669,20</b>

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

### III. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

*(Montantes expressos em euros)*

*Ramos*  
*João*

#### 1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Praia Ambiente, E. M. (“Empresa” ou “Sociedade”) é uma empresa municipal, foi constituída em 09 de Outubro de 2006 e tem a sua sede social na Rua do Evangelho, nº. 1, 9760-456 Praia da Vitória.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

#### 2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.



### 3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:



#### 3.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

#### 3.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer. Ao custo de aquisição ou produção são deduzidas as amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

*Leon*  
*Ramos*  
*[Signature]*

Bem	Anos
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	8 - 40
Equipamento básico	3 - 20
Equipamento de transporte	4 - 10
Equipamento administrativo	3 - 16
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 16

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

### 3.3 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos

Opinion  
Ramos  
[Signature]

intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

### 3.4 IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS


Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na

Ramos  
19/01/2016



demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

### 3.5 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças

*Ramos*  
*10.*

temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

### 3.6 INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa é o custo médio.

Ramos  
2016  
[Handwritten signature]

### 3.7 POLÍTICA CONTABILÍSTICA PARA SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam disponíveis.

### 3.8 PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.9 RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com os serviços prestados.

*Laszlo*  
*Ramos*  
*[Signature]*

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

### 3.10 ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

### 3.11 USO DE ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.



Ramos  
19/12/16  
[Handwritten signature]

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

### 3.12 ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 detalha-se conforme se segue:

*Ramos*  
*Leão*  
*[Signature]*

	31-12-2016	31-12-2015
Numerário	1.441,29	2.299,64
Depósitos bancários	30.668,34	30.369,56
	32.109,63	32.669,20

## 5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

31-12-2016								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Activos</b>								
Saldo inicial	237.152,88	7.795.841,91	1.917.423,25	145.439,30	146.516,26	62.496,09	13.800,00	10.318.669,69
Aquisições		2.934,13	409.574,99	717,00	6.304,71		51.474,00	471.004,83
Alienações				-10.972,90				-10.972,90
Transferências e abates		-4.246,26	-22.022,81		-32.436,84	-3.757,87		-62.463,78
Revalorizações								
Outras variações								
Saldo final	237.152,88	7.794.529,78	2.304.975,43	135.183,40	120.384,13	58.738,22	65.274,00	10.716.237,84
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo inicial		583.365,55	1.643.603,45	134.253,55	125.489,63	35.935,57		2.522.647,75
Amortizações do exercício		404.414,23	170.265,23	4.261,66	5.550,69	3.554,26		588.046,07
Perdas por imparidade do exercício								
Reversões de perdas por imparidade								
Alienações								
Transferências e abates		-1.312,13	-14.200,48	-10.255,90	-31.478,95	-3.446,49		-60.693,95
Outras variações								
Saldo final		986.467,65	1.799.668,20	128.259,31	99.561,37	36.043,34		3.049.999,87
<b>Activos líquidos</b>	237.152,88	6.808.062,13	505.307,23	6.924,09	20.822,76	22.694,88	65.274,00	7.666.237,97



31-12-2015

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Activos</b>								
Saldo inicial	237.152,88	2.800.783,75	1.869.756,26	145.439,30	148.530,34	62.496,09	1.114.680,62	6.378.839,24
Aquisições		4.995.058,16	47.666,99		938,04		13.800,00	5.057.463,19
Alienações								
Transferências e abates					-2.952,12		-1.114.680,62	-1.117.632,74
Revalorizações (Nota __)								
Outras variações								
Saldo final	237.152,88	7.795.841,91	1.917.423,25	145.439,30	146.516,26	62.496,09	13.800,00	10.318.669,69
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo inicial		314.032,14	1.442.863,32	125.036,61	118.101,66	31.456,35		2.031.490,08
Amortizações do exercício		269.333,41	200.740,13	9.216,94	7.387,97	4.479,22		491.157,67
Perdas por imparidade do exercício								
Reversões de perdas por imparidade								
Alienações								
Transferências e abates								
Outras variações								
Saldo final		583.365,55	1.643.603,45	134.253,55	125.489,63	35.935,57		2.522.647,75
<b>Activos líquidos</b>	237.152,88	7.212.476,36	273.819,80	11.185,75	21.026,63	26.560,52	13.800,00	7.796.021,94

## 6 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.



A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o gasto com imposto sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2016 e em dezembro de 2015 é detalhado conforme se segue:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Resultado antes de impostos	42.994,16	36.014,64
Diferenças permanentes:		
Insuficiência (excesso) estimativa imposto		1.371,61
Multas e coimas	170,21	1,69
Menos-valias contabilísticas		
Gastos exercícios anteriores	1.032,70	9.174,48
Outros gastos não aceites	12.847,98	
Menos-valias fiscais		
Diferenças temporárias:		
Ajustamentos de transição		
Lucro tributável	<u>57.045,05</u>	<u>46.562,42</u>
Colecta sujeita à taxa de 13,60%	2.040,00	2.040,00
Colecta sujeita à taxa de 16,80%	7.063,57	5.807,49
Pagamento Especial por Conta	0,00	558,90
Derrama	855,68	698,44
Tributações autónomas	1.081,09	818,00
Ajustamentos relativos imposto períodos anterior		
Imposto diferido		
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>11.040,33</u>	<u>9.922,83</u>
Taxa efectiva	26%	28%

*Ramos*  
*João*

## 7 INVENTÁRIOS

Em dezembro de 2016 e em dezembro 2015, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	31-12-2016			31-12-2015		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	21.422,85	0,00	21.422,85	32.545,30	14.760,57	17.784,73
	<u>21.422,85</u>	<u>0,00</u>	<u>21.422,85</u>	<u>32.545,30</u>	<u>14.760,57</u>	<u>17.784,73</u>

### Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em dezembro de 2016 e de dezembro de 2015 é detalhado conforme se segue:

	31-12-2016	31-12-2015
	MP, subsid. consumo	MP, subsid. consumo
Saldo inicial	17.784,73	0,00
Compras	33.458,58	20.329,43
Regularizações	-21.376,00	-7.752,34
Saldo final	-21.422,85	0,00
Custo das merc. Vendidas e das mat. Consumidas	<u>8.444,46</u>	<u>12.577,09</u>

## 8 ATIVOS FINANCEIROS

A rubrica **Investimentos financeiros** reflete o valor acumulado no Fundo de Compensação do Trabalho.

### Clientes e outras contas a receber

Em dezembro de 2016 e em dezembro de 2015 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2016			31-12-2015		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes:						
Clientes	<u>387.364,82</u>	<u>87.461,21</u>	<u>299.903,61</u>	450.979,69	156.440,08	294.539,61
Outras contas a receber	<u>21.166,08</u>	<u>0,00</u>	<u>21.166,08</u>			
Devedores por acréscimos de rendimentos	18.814,90	0,00	18.814,90			0,00
Devedores diversos	2.351,18	0,00	2.351,18			
	<u>408.530,90</u>	<u>87.461,21</u>	<u>321.069,69</u>	<u>450.979,69</u>	<u>156.440,08</u>	<u>294.539,61</u>

## 9 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em dezembro de 2016 e em dezembro de 2015 o capital subscrito é detido pelo seguinte *acionista*:

*Câmara Municipal da Praia da Vitória no valor de 1.878.348,22€.*

No decurso do exercício de 2016, o resultado líquido do exercício de 2015 foi aplicado da seguinte forma:



<u>Aplicação de resultados</u>	
Reserva legal	1.326,69
Resultados transitados	<u>25.207,17</u>
	<u><u>26.533,86</u></u>

Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

## 10 PASSIVOS FINANCEIROS

Os financiamentos obtidos em dezembro de 2016 e em dezembro de 2015 são detalhados conforme se segue:

Empréstimos bancários:	Entidade financiadora	31-12-2016			31-12-2015			Vencimento
		Montante utilizado			Montante utilizado			
		Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente	
31654924/01/44	BANIF	1.500.000,00	84.636,48	811.099,52	1.500.000,00	84.636,48	895.736,00	2027
21938023001	CEMAH	1.169.195,00	138.359,30	419.079,95	1.169.195,00	131.461,25	557.439,25	2020
1319	NB	250.000,00	19.320,55	156.198,76	250.000,00	17.502,59	180.143,42	2024
31654924/03/43	BANIF	725.000,00	35.741,05	537.981,80	725.000,00	34.461,24	582.496,85	2030
846694/003	CCAM	856.802,60	80.320,34	526.291,15	856.802,60	74.694,89	625.973,08	2023
24568001000	CEMAH	170.000,00	3.299,04	0,00	170.000,00	38.296,50	3.299,04	2016
18245870001	BPG	1.000.000,00	86.956,56	695.652,04	1.000.000,00	86.956,56	804.347,74	2025
26828000000	CEMAH	200.000,00	11.420,18	172.911,81	200.000,00	11.120,82	184.331,99	2030
Ordem/Caucionad:	BANIF		18.171,08	196.314,32		31.012,02	147.476,64	
		5.870.997,60	478.224,58	3.515.529,35	5.870.997,60	510.142,35	3.981.244,01	



## 11 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em dezembro de 2016 e em dezembro de 2015 a rubrica, “Outras contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Outras contas a pagar		
Outras contas a pagar		
Pessoal	510,19	3.000,28
Fornecedores de investimentos	390.012,99	44.757,12
Credores por acréscimos de gastos	202.195,13	238.030,29
Credores diversos	<u>141.838,15</u>	<u>163.736,62</u>
	<u>734.556,46</u>	<u>449.524,31</u>

## 12 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em dezembro de 2016 e em dezembro de 2015 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2016		31-12-2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta				
Estimativa de imposto		4.287,54		1.818,24
Retenção na fonte				
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		5.818,00		6.390,40
Imposto sobre o valor acrescentado	100.102,25		803,62	
Contribuições para a Segurança Social		26.896,83		25.835,76
Outros impostos	765,98		765,98	
	<u>100.868,23</u>	<u>37.002,37</u>	<u>1.569,60</u>	<u>34.044,40</u>



Ramos  
10.

## 13 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em dezembro de 2016 e em dezembro de 2015 é detalhado conforme se segue:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Prestação de serviços	2.908.553,28	2.759.007,29
Subsídios à exploração	11.231,53	0,00
Reversões	68.978,87	0,00
Outros rendimentos e ganhos	<u>287.934,34</u>	<u>1.001.678,00</u>
	<u>3.276.698,02</u>	<u>3.760.685,29</u>

## 14 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em dezembro de 2016 e em dezembro de 2015 é detalhada conforme se segue:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Subcontratos	176.394,63	175.282,85
Trabalhos especializados	155.236,99	131.971,77
Publicidade e propaganda	50.027,42	1.132,79
Honorários	5.862,81	14.687,32
Comissões	3.276,75	3.381,37
Conservação e reparação	130.380,06	82.877,25
Serviços bancários	14.008,28	12.937,91
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	106.195,76	41.325,76
Material de escritório	12.059,78	8.501,66
Electricidade	181.706,44	163.204,12
Combustíveis	105.903,52	114.140,56
Oleos e lubrificantes	3.985,56	3.484,95
Produtos limpeza de veículos	2.855,00	2.271,80
Produtos tratamento de águas	1.860,00	3.550,70
Deslocações e estadas	3.244,63	289,35
Transportes de mercadorias	865,78	438,28
Rendas e alugueres	650,64	1.926,00
Comunicação	69.414,87	75.060,79
Seguros	8.173,03	18.644,45
Despesas de representação	0,00	865,99
Outros	<u>3.394,55</u>	<u>2.556,81</u>
	<u>1.035.496,50</u>	<u>858.532,48</u>

## 15 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em dezembro de 2016 e em dezembro de 2015 é detalhada conforme se segue:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Remunerações dos órgãos sociais	9.375,47	8.787,76
Remunerações do pessoal	1.113.705,32	1.123.004,22
Encargos sobre remunerações	237.405,30	239.115,87
Seguros acidente trabalho e doenças profissionais	11.882,31	12.300,69
Outros	<u>36.101,78</u>	<u>35.598,68</u>
	<u>1.408.470,18</u>	<u>1.418.807,22</u>

## 16 AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em dezembro de 2016 e em dezembro de 2015 é conforme se segue:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Depreciações de edificios e outras construções	404.414,23	408.668,49
Depreciações de equipamento básico	170.265,23	200.740,13
Depreciações de equipamento de transporte	4.261,66	9.216,94
Depreciações de equipamento administrativo	5.550,69	7.387,97
Depreciações de outras imobilizações corpóreas	<u>3.554,26</u>	<u>4.479,22</u>
<b>Activos fixos tangíveis (Nota 5)</b>	<u>588.046,07</u>	<u>630.492,75</u>

*Carreira*  
*Ramos*  
*Jc.*

## 17 JUROS E OUTROS GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos dezembro de 2016 e em dezembro de 2015 são detalhados conforme se segue:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Juros suportados		
Financiamentos bancários	155.846,69	213.165,77
Outros financiamentos	15.132,25	13.549,15
Outros gastos de financiamento	<u>170.978,94</u>	<u>226.714,92</u>
	<u>170.978,94</u>	<u>226.714,92</u>

## 18 PARTES RELACIONADAS

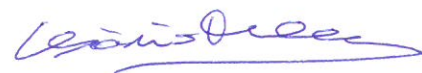
A Empresa é detida em 100% pela entidade Câmara Municipal da Praia da Vitória, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nesta entidade.

## 19 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Em cumprimento do disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei 411/91, declara-se que a empresa não tem dívidas vencidas à Segurança Social.

Durante o exercício de 2016, não foram adquiridas ou alienadas ações próprias e, em 31 de dezembro de 2016, a empresa não detinha quaisquer ações próprias.

O Contabilista Certificado,



Cesário Meneses

O Concelho de Administração



Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos

*Presidente*



Sónia Silva

*Administradora não executiva*



Jorge Leonardo

*Administrador Executivo*

*Pamos*  
*Uso*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

## IV CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Praia Ambiente, E.M. (a Entidade)**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016, (que evidencia um total de 8.143.889,40 Euros e um total de capital próprio de 2.762.120,92 Euros, incluindo um resultado líquido de 34.305,00 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras abaixo". Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

12/04/2017  
12/04/2017

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

## **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

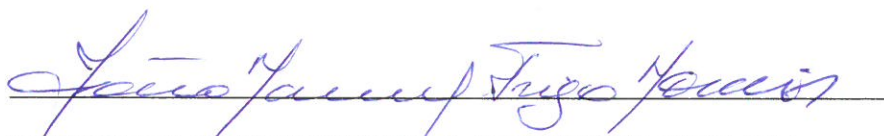


## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 13 de março de 2017



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por João Manuel Trigo de Morais, ROC N.º 881

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da  
**Praia Ambiente, E.M.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Praia Ambiente, E.M., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os quais são da responsabilidade da Administração.

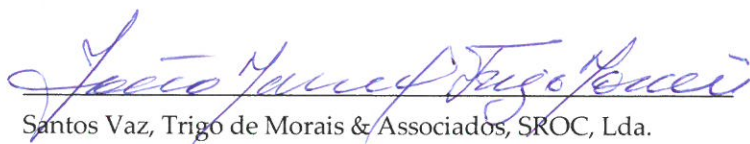
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Praia Ambiente, E.M., a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2016, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2016 preparado pela Administração da Empresa e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas ou ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia-geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar à Administração e aos serviços da empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 13 de março de 2017



Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda.

Representada por João Manuel Trigo de Moraes (ROC 881)